



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

TERMO

Termo de Referência N.º 01/2017-SECOMP

Contratação de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública, denominada "BANCO DE PREÇOS"

1. OBJETO

1.1 O objeto do presente termo de referência é a assinatura por 12 meses de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública, denominada do Banco de Preços, ferramenta utilizada para auxiliar a Seção de Compras nas pesquisas de preços das aquisições de bens e contratações de serviços a serem realizadas pelo TRE-PB. São preços atualizados captados em licitações adjudicadas e homologadas por diversos órgãos públicos, disponibilizados por tipo de material e quantitativos contratados, informando a empresa contratada a data da contratação e o órgão contratante.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação ora pretendida decorre do fato de que a maioria das empresas privadas não demonstra interesse em fornecer orçamentos para essas pesquisas, ademais, os preços obtidos nem sempre se apresentam confiáveis, uma vez que é comum a majoração dos valores quando o interessado é a Administração Pública.

2.2 Pretende-se com a contratação sugerida agilizar a prestação dos serviços inerentes à pesquisa de preços, com informações confiáveis e atualizadas, utilizando-se de um instrumento que promove maior presteza, **facilitando** a busca dos preços de referência para as licitações, para a instrução dos processos de compras, prorrogação dos contratos em vigor e contratações de serviços em geral deste Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, proporcionando maior eficiência e eficácia, na prestação dos serviços inerentes à Seção de Compras.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

3.1 A Contratada deverá disponibilizar à Contratante o serviço de acesso on-line a sistema informatizado de pesquisa de preços, visando atender às necessidades da Seção de Compras do TRE-PB, nos seguintes termos:

- a) permitir a realização de consulta via internet ao banco de preços, através de login e senha a serem disponibilizados pela Contratada;
- b) proporcionar consulta ao banco de dados com vários produtos e seus respectivos preços e atas (quando já adjudicado e homologado);
- c) permitir a realização de pesquisa por palavra(s) chave(s), bem como a utilização de filtros, tais como data, região ou unidade da federação, associados ou não a uma palavra

chave;

d) utilizar, como fonte de pesquisa, no mínimo, os sítios do Comprasnet e do Banco do Brasil;

e) apresentar informações e preços atualizados diariamente;

f) estar harmonizado com as normas e os princípios que regem a atuação administrativa.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Indicar um representante para ser o interlocutor, junto ao TRE/PB, das questões relacionadas à execução do serviço contratado;

4.2 Manter, durante toda a vigência do contrato, equipe técnica em quantidade e qualidade de recursos humanos suficientes à prestação dos serviços contratados;

4.3 Prestar informações e esclarecimentos sobre o serviço a qualquer tempo, mesmo após a disponibilização da senha de acesso, inclusive orientação sobre a operação do sistema, se necessário;

4.4 Prestar os serviços 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, ressalvados os casos de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados;

4.5 Comunicar eventual problema na prestação dos serviços de acesso, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo CONTRATANTE;

4.6 Havendo indisponibilidade dos serviços contratados, as falhas deverão ser sanadas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas, contadas da notificação à CONTRATADA;

4.7 Informar à CONTRATANTE sempre que houver qualquer alteração no sistema que influencie sua operacionalização.

4.8 Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços prestados;

4.9 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, sem prévia anuência do TRE/PB.

5. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

5.1 O CONTRATANTE se obriga a:

a) promover, através de gestor designado, o acompanhamento da prestação do serviço, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da empresa contratada;

b) efetuar o pagamento à empresa contratada mediante apresentação da(s) respectiva(s) fatura(s), após comprovação da regularidade fiscal, através de crédito em conta bancária observando-se a legislação atual;

c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada

6. ESTIMATIVA DE CUSTO

6.1 A contratação do Banco de Preços, cuja detentora dos direitos autorais é a empresa NP Eventos e Serviços Ltda., tem custo estimado em R\$ 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa reais), para acesso durante o período de 12 (doze) meses.

7. DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado à empresa contratada, através de OBC – Ordem Bancária de Crédito, OBB – Ordem Bancária para Banco ou Ordem Bancária para pagamento de Faturas com Código de Barras, no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

7.2 A Nota Fiscal/Fatura será analisada pelo respectivo Gestor e atestada, se for o caso;

7.3 O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta/nota de empenho, sob pena de não ser efetuado o pagamento;

7.4 O pagamento da nota fiscal/fatura só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), com a Fazenda Federal, através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, e com a Fazenda Municipal;

7.5 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

8. DO RECOLHIMENTO DOS IMPOSTOS E DAS CONTRIBUIÇÕES

8.1 De acordo com o disposto na Instrução Normativa SRF nº 480 de 15 de dezembro de 2004, será retido, na fonte, o imposto sobre a renda da pessoa jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP, sobre o pagamento efetuado à pessoa jurídica CONTRATADA, pelo serviço objeto deste CONTRATO, observando os procedimentos previstos nessa Instrução Normativa;

8.2 Caso a pessoa jurídica CONTRATADA seja optante do "SIMPLES" esta não ficará sujeita à retenção prevista na Instrução Normativa retro mencionada;

8.3 Com base no que preceitua a Lei Complementar Municipal nº 06, de 17 de agosto de 1995, bem como a Lei Complementar também municipal nº 8 de 28 de dezembro de 1995, será retido, na fonte, o ISS sobre o valor do serviço prestado.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1. A prestação dos serviços objeto do presente terá vigência de 12 meses.

10. DAS PENALIDADES E DO DESCONTO DO VALOR DA MULTA

10.1 – O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante publicação no Diário Oficial da União, Seção 3.

10.2 – Caso a contratada não preste o serviço contratado no prazo e condições avençadas, ficará sujeita a multa de mora diária de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor total estimado do contrato até o máximo de 10 (dez) dias.

10.3 – Sendo o atraso superior a 10 (dez) dias, configurar-se-á a inexecução parcial ou total da obrigação, a ensejar a aplicação da multa compensatória prevista no item

10.4, sem prejuízo da aplicação da multa moratória, limitada a 0,5% (zero vírgula cinco por cento). Se o atraso, a critério da Administração, inviabilizar a execução do serviço, restará configurada a inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

10.5 – Caso haja inexecução contratual que motive e resulte em rescisão unilateral da avença, além das sanções administrativas supracitadas, será aplicável multa

compensatória de até 30% (trinta por cento) ou de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato/item, conforme a inexecução seja total ou parcial, respectivamente.

10.6 – A aplicação das multas compensatória e moratória não necessitam ser publicadas no DOU, devendo a intimação da apenada dar-se por meio de notificação.

10.7 – As sanções estabelecidas neste item são da competência exclusiva da autoridade designada nos normativos internos deste Tribunal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da efetiva notificação.

10.8 – A autoridade competente, na aplicação das penalidades previstas neste item, deverá levar em consideração a gravidade da conduta da Contratada, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Contratante, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados.

10.9 – O valor da multa moratória ou compensatória, nos termos do artigo 86, § 3º da LLC, poderá ser descontado dos créditos da Contratada, da garantia contratual ou cobrado judicialmente, nesta ordem.

10.10 – O recolhimento do valor da multa, moratória ou compensatória, deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da intimação da aplicação da sanção, sob pena de seu desconto ser efetuado conforme item anterior, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

10.11 – As penalidades estabelecidas nesta cláusula deverão ser registradas no SICAF.

10.12 – As penalidades descritas nesta cláusula não excluem a possibilidade de o CONTRATANTE cobrar da CONTRATADA indenização por eventuais perdas e danos.

João Pessoa, 17 de abril de 2017

MÁRIO CEZAR DELGADO RÉGIS

CHEFE DE SEÇÃO DE COMPRAS



Documento assinado eletronicamente por **MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS, Chefe da Seção de Compras**, em 17/04/2017, às 17:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Romero Coriolano Ramalho, Coordenador de Material**, em 17/04/2017, às 18:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0176361** e o código CRC **49E144A7**.